

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA INCLUSIVA:
QUESTIONAMENTOS E POSSIBILIDADES.**

**FORMACIÓN DOCENTE PARA LA ESCUELA INCLUSIVA:
CUESTIONAMIENTOS Y POSIBILIDADES.**

Autor: MARTINS, Morgana de Fátima Agostini

Pertenencia institucional: Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

E-mail: morganamartins@ufgd.edu.br

Morgana de Fátima Agostini Martins

RESUMO: A inclusão escolar e a construção de uma escola inclusiva envolvem inúmeras mudanças estruturais nos sistemas de ensino e no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Essa construção requer dos professores competências e habilidades para ensinar a todos os alunos de maneira diferente e essa tarefa não é característica específica de professores que atuam na educação especial, mas sim de todos os educadores. No Brasil, desde 2007, tem sido oferecido o Programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais nas redes municipais e estaduais de ensino. O presente artigo tem por objetivo suscitar discussões sobre a formação de professores para a educação inclusiva. Para tanto traz as contribuições e percepções de oito professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais de 08 escolas do município de Dourados Mato Grosso do Sul. Esta investigação integra o Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as SRMs nas escolas comuns. Serão apresentados os dados obtidos em entrevistas realizadas por meio da técnica de grupo focal com o intuito de levantar as características, potencialidades e dificuldades do trabalho dessas professoras em atuação no Atendimento Educacional Especializado. Discute-se a formação de professores tendo como referência a Política Nacional de Educação Especial e o Programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Consideram-se avanços e possibilidades na formação de professores com vistas à promoção e efetivação da inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais inseridas em escolas regulares.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

PALAVRAS-CHAVES. Educação Especial. Formação de Professores. Salas de Recursos Multifuncionais.

RESUMEN: La inclusión escolar y la construcción de una escuela inclusiva involucran a innúmeros cambios estructurales en los sistemas educativos y en la atención a los alumnos con necesidades educativas especiales. Tal construcción requiere competencias y habilidades de los profesores para enseñar a todos los alumnos de forma distinta y esa tarea no es exclusiva de los profesores que actúan en la educación especial, pero de todos los educadores. En el Brasil, desde el año 2007, es ofrecido el Programa de implantación de las Salas de Recursos Multifuncionales – SRM para la atención a los alumnos con necesidades educativas especiales de las redes de enseñanza pública municipales y estatales. El presente artículo tiene por objetivo suscitar discusiones sobre la formación docente para la educación inclusiva. Para esto trae las contribuciones y percepciones de ocho profesoras que actúan en la Atención Educativa Especializada en Salas de Recursos Multifuncionales de 08 escuelas del municipio de Dourados Mato Grosso do Sul. Esta investigación integra el Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre las SRMs en las escuelas comunes. Serán presentados los datos obtenidos en entrevistas realizadas por medio de la técnica de grupo focal con el intuito de conocer las características, potencialidades y dificultades del trabajo de esas profesoras en actuación en la Atención Educativa Especializada. Se discute la formación docente basada en la Política Nacional de Educación Especial y en el Programa de implantación de Salas de Recursos Multifuncionales. Se consideran avances y posibilidades en la formación docente con vistas a la promoción y concreción de la inclusión escolar de niños con necesidades educativas especiales insertados en escuelas regulares.

PALABRAS CLAVE: Educación Especial. Formación Docente. Salas de Recursos Multifuncionales.

INTRODUÇÃO

O direito dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em frequentar uma classe comum da escola regular tem sido um exercício cada vez mais amparado legalmente na maioria dos países. No Brasil, muitas medidas já foram tomadas pelos sistemas educacionais públicos no sentido de conduzir para este alvo.

“Além da questão do direito, imperam também razões éticas, considerando que não há motivos fortes que justifiquem a segregação escolar indiscriminada destes alunos, e por isso, no mundo todo, os sistemas educacionais têm procurado se reestruturar para responder também às necessidades de todos os seus alunos.” (MENDES, 2010, p.09)

O Programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM foi promovido no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010). Implantado nas redes municipais e estaduais de ensino. As SRM foram criadas para oferecerem o Atendimento Educacional Especializado – AEE, previsto na legislação desde a constituição de 1988. De acordo com o Edital n 1 de 26 de Abril de 2007, objetiva:

Apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular [...] Selecionar projetos de Estados e Municípios para implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública de ensino; Expandir a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos incluídos nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2007).

Nesta perspectiva destacamos a importância do trabalho dos profissionais de educação que atuam nas SRMs. De acordo com o Decreto 6.571/ 2008, o atendimento educacional especializado é definido como [...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2008 b).

Com vistas ao atendimento nas SRM, o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (PNEE-EI) (BRASIL, 2008) traz a

necessidade de garantir, entre outras coisas, a “formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2007, p. 8).

De acordo com o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, o professor responsável pelo AEE tem como função [...] realizar esse atendimento de forma complementar e/ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial. Neste mesmo documento, vemos as atribuições do professor de AEE, são elas:

- “ - Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras” (BRASIL, 2010, p. 8 e 9).

A escola tem papel fundamental para a aprendizagem e práticas da inclusão escolar ao prover materiais didáticos adequados de acordo com as necessidades dos alunos, proporcionarem formação aos educadores com o intuito de construir novas práticas de ensino e adaptações no currículo escolar.

Um sistema escolar inclusivo permite a convivência de todos no cotidiano escolar. Pensa-se que a escola inclusiva permite que todos os alunos com necessidades educacionais especiais e os demais alunos possam aprender juntos, na diferença. Isso requer planejamento que reconheça suas diferenças e que proporcione ao aluno avanços no processo de aprendizagem. A formação inicial e continuada do professor deve ser voltada para a educação inclusiva de forma que contribua para a prática da mesma, ou seja, é imprescindível que todos os professores participem de debates, discussões que reflitam sobre a concepção de escola, de escola inclusiva que valoriza a diversidade.

O sistema escolar precisa buscar condições para que o corpo docente da escola esteja munido de conhecimentos e atitudes que possibilitarão o avanço escolar de todos os alunos. Sendo assim, [...] as escolas que adotam a orientação inclusiva valorizam as diferenças dos estudantes e a diversidade humana como recursos valiosos para o desenvolvimento de todos na classe e também para o aperfeiçoamento docente (DUK, 2005, p. 57).

A Formação Continuada deve constituir-se um espaço de construção de novos conhecimentos, com intercâmbio de diferentes saberes, de repensar e refazer a prática do professor, da construção das capacidades do educador. Segundo Mittler (2003, p. 35) [...] A inclusão implica que todos os professores tenham o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional.

A necessidade de preparação dos professores é recomendada pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e a atual LDB (BRASIL, 1996) como fator primordial para proposta de mudanças das escolas em busca de integração. O artigo 59, inciso III da LDB, aponta a importância desse aspecto como pré-requisito para inclusão escolar ao estabelecer que deverá ser ofertado aos alunos com necessidades educacionais especiais “[...] professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.”

A formação de professores bem como o seu desenvolvimento profissional requer competências e habilidades para ensinar a todos os alunos de maneira diferente e essa tarefa não é característica específica de professores que atuam na educação especial, mas sim de todos os educadores. Com o objetivo de promover discussões sobre a formação de professores para a educação inclusiva, foram coletadas as percepções de professores de SEM do Município de Dourados.

MÉTODO

Participantes: participaram desse trabalho oito professoras que atuam como responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais do município de Dourados/MS.

Procedimento de coleta: a partir de entrevistas realizadas com grupos focais seguindo um roteiro¹ estruturado, foi realizada a análise de conteúdo das falas das professoras participantes.

As participantes foram esclarecidas quanto aos objetivos do trabalho, bem como assinaram o Termo de Consentimento Livre e esclarecido. O roteiro da entrevista foi elaborado envolvendo aspectos do trabalho do professor de Educação Especial, destacando questões como a formação inicial e continuada desses professores que atendem nas Salas de Recursos Multifuncionais; os documentos que norteiam as ações municipais nesta área; a questão da identificação ou do diagnóstico dos alunos que são atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais (por quem e como é realizado esse diagnóstico); quais os serviços de apoio oferecidos pelo município atualmente, como se desenvolvem a atuação do professor no que se refere às Salas de Recursos Multifuncionais do município.

RESULTADOS

¹ Roteiro elaborado pelo ONEESP (UFSCar) para utilização do estudo em rede nacional sob a coordenação de Prof. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes.

A partir da transcrição da entrevista foi analisada a temática formação de professores oferecida pelos órgãos de gestão da educação (federal e municipal).

No que se refere à formação inicial, metade das professoras (04 professoras) indicaram ter como formação inicial o Magistério e a Pedagogia, e outras três declararam ter experiência com alunos com deficiência desde o início de sua carreira docente.

Quanto ao contato inicial à área de Educação Especial, cinco algumas professoras afirmaram ter interesse pela área de Educação Especial a partir do trabalho na Sala de Recursos Multifuncional e, outras três professoras já possuíam contato com alunos com deficiência buscando o desejo de proporcionar para esses alunos melhores oportunidades de aprendizado.

Segundo as professoras, a indicação para assumir a SRM ocorreu, inicialmente, de acordo com o perfil das professoras. Em um segundo momento, a indicação para o cargo ocorreu como promoção, destacando a formação (inicial e continuada) e a experiência anterior das professoras com alunos com deficiência.

Sobre a formação dos professores que atuam na Educação Especial, as professoras refletiram que a formação inicial é muito importante, porém, essa formação deve estar em constante reformulação, ou seja, os cursos de formação continuada, para as professoras, trazem muito aprendizado para a experiência profissional, apesar de não suprir todas as necessidades.

A maioria das professoras realizou cursos na área de Educação Especial, sendo alguns deles gratuitos oferecidos pelo município (apesar do número reduzido de vagas) e outros privados ofertados na modalidade à distância. É importante destacar que, segundo as professoras, seria mais útil uma especialização e/ou formação específica para o trabalho com cada deficiência. As professoras manifestaram desejo e necessidade de aprofundar seu conhecimento sobre temas específicos da área de Educação Especial, como por exemplo, especificidades de cada deficiência, estratégias e técnicas para o atendimento educacional especializado. As principais dificuldades levantadas estão relacionadas com o trabalho com alunos com Deficiência Intelectual e com a avaliação dos alunos com NEEs. Ressalta-se que

não apenas o professor da SRM necessita de formação continuada, mas também todos os profissionais que lidam com estes alunos na escola (professores regentes, professores de apoios, coordenadores, diretores e demais funcionários da escola).

No trabalho desenvolvido na SRM a participação do professor da SEM, principalmente com o professor regente é imprescindível. Na maioria das vezes, as professoras da SRMs têm oportunidade para apresentar à escola (direção, coordenação e funcionários) seu trabalho na SRM. As professoras apontaram que aproveitam essas oportunidades para expor o trabalho desenvolvido em suas respectivas salas e ainda usam estes momentos para solicitar a ajuda dos demais professores e das famílias.

As professoras afirmam que o trabalho desenvolvido na Educação Especial é muito complexo, porém isso não significa que elas não se sintam aptas para desenvolver o trabalho; o que apontam é a dificuldade em lidar com a variedade de quadros e diagnósticos muito diferentes e, em consequência, com uma grande diversidade de habilidades e necessidades específicas. Surgem novos desafios, pois os alunos são muito diferentes entre si, inclusive alunos com a mesma deficiência. Contudo, afirmam que tem alcançado resultados positivos e observando o crescimento dos alunos.

Percebe-se na fala das professoras que não havia preocupação dos profissionais da escola com os alunos especiais que já estavam inseridos na escola comum e, as mudanças parecem surgir da aceitação do diferente e da busca pela transformação da comunidade escolar. A preocupação com os alunos com NEEs advém da pouca importância que era dada a prática de inclusão escolar. Todavia essa prática tem se modificado aos poucos, já que a escola, aos poucos, compreende seu papel no processo de inclusão.

O professor da sala de recursos multifuncional tem muitas funções que o diferencia do professor da sala comum. Sobre este aspecto as professoras preocuparam-se em frisar que não prestam um serviço de reforço escolar nas dificuldades acadêmicas. Que não repetem em suas salas as atividades e conteúdos lecionados pelo professor regente.

Seu papel depende, em parte, da direção da escola, que pode restringir ou ampliar suas ações. Visto que uma das funções do professor da SRM é o diálogo com os professores

regentes sobre os alunos com deficiência que ambos atendem, para o estabelecimento de objetivos e estratégias de intervenção. Contudo, em algumas escolas, não há espaço nem tempo disponível para esse contato o que inviabiliza essa atribuição, contrário às palavras de Ropoli ao afirmar que

[...] um ensino de qualidade provem de iniciativas que envolvem professores, gestores, especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, segundo as suas peculiaridades. (ROPOLI, 2010, p. 10)

É na esfera das atitudes, das posturas, das formas de lidar com a diversidade e a diferença de cada aluno que estão um dos maiores entraves da inclusão escolar. Ainda há muito preconceito e uma crença negativa na capacidade de aprendizagem destes alunos. Sabendo-se que a educação dos alunos não deve ser responsabilidade só do professor regente, mas de toda equipe escolar, o professor do AEE precisa atuar na relação com os demais profissionais favorecendo o estabelecimento de parcerias com demais profissionais da saúde e, principalmente com os familiares (VELTRONE E MENDES, 2007).

Consideramos que o professor necessita de formação constante, para que possa refletir sobre seu trabalho, buscando aperfeiçoar o ensino oferecido. A proposta de uma educação inclusiva exige um conjunto de atitudes, que assegure ao aluno com necessidades educacionais especiais o direito de seus benefícios

[...] a escola precisa envidar um enorme esforço para rever suas velhas crenças, dogmas e práticas; precisa realizar também mudanças de diferentes ordens, para atender com competência todo o alunato com ampla variação em suas experiências pré-escolares e necessidades educacionais especiais e outras necessidades extraclasse. (OMOTE, 2008, p.24)

Outra dificuldade apresentada pelas professoras refere-se à questão da avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Tanto em relação à avaliação para seu encaminhamento quanto a avaliações de seu desempenho. Já que o encaminhamento das

crianças tem sido feito prioritariamente a partir de laudos médicos que são clínicos e pouco ou nada contribuem com a prática pedagógica. Quanto à avaliação de desempenho desses alunos, as escolas ainda a fazem da maneira tradicional, com a participação do conselho de professores que atuam com a criança e o avaliam em comparação às outras crianças com a relação idade/série. Ou seja, os alunos com necessidades especiais inseridos nas escolas regulares são avaliados em comparação às crianças com desenvolvimento típico. Daí a grande dificuldade em promover estes alunos para séries posteriores haja vista que, comumente, eles não alcançam o mínimo de rendimento nos conteúdos necessário para a promoção.

CONSIDERAÇÕES

Considerando que a formação do professor ocorre durante toda sua trajetória de formação acadêmica e de vida e é envolvida por valores adquiridos ao longo de sua vida pessoal e profissional. Como afirma Salgado, [...] construímos uma história com base em outra, que não é tão distante da nossa realidade, e defendemos a ideia de que o professor é um sujeito importante neste movimento de inclusão (SALGADO, 2008).

Há necessidade de se valorizar e formar professores comprometidos com a inclusão social e escolar, dispostos a enfrentar os desafios e barreiras atitudinais que dificultam a inclusão no ambiente escolar. Sabendo que esta disposição não está ligada apenas a motivações pessoais, mas antes e, principalmente, a políticas que propiciem formação consistente e condições de trabalho para que sejam efetivadas práticas positivas de inclusão escolar.

[...] uma educação de qualidade propriamente deve estar orientada para entender o contexto em que a escola se encontra quem são os seus interlocutores, como e a partir de quais perspectivas ela tem cumprido o seu papel social e interagindo com a comunidade que serve. (LIMA, 2010, p. 32)

A proposta de formação de professores contida no Decreto 6.571/ 2008 (BRASIL, 2008 b) que define o atendimento educacional especializado traz consigo um conjunto de demandas de atuação bastante complexo. Já que o professor do AEE deve estar apto a atuar:

“ - Com todos os tipos de alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência intelectual, deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência múltipla transtornos globais de desenvolvimento, e talentosos/ superdotados)

- Em todos os níveis e modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação do campo, educação tecnológica, educação de jovens e adultos) e

- Em todos os tipos de lócus (escolas especiais, classes de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar, exceto nas classes especiais, opção esta vedada pela política)” (MENDES, 2010, p.24)

Toda e qualquer atividade oferecida em sala de aula, deve ser entendida como o plano de intervenção, com o intuito de ampliar o conhecimento oferecido ao aluno. A inclusão escolar e a construção de uma escola inclusiva envolvem inúmeras mudanças estruturais nos sistemas de ensino e no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme Aranha (2001, p. 14) “a inclusão é o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades educacionais especiais ao espaço comum na vida em sociedade, independente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado.” Ela amplia tal conceito considerando que [...] este processo tem que estar fundamentado no reconhecimento e aceitação da diversidade na vida em sociedade e na garantia do acesso a todas as oportunidades.

Segundo MITTLER (2003) “A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças”, para tanto é necessário pensar a formação dos professores para o respeito e a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, sem distinção de rótulos.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais demanda atenção na estrutura curricular dos cursos de formação de professores. A proposta da educação inclusiva é baseada na adaptação curricular, realizada por meio de ação multidisciplinar pela equipe

escolar buscando oferecer subsídios ao professor e ao aluno com necessidades especiais.

Sobre formação de professores, de acordo com Bueno:

[...] para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquira conhecimentos e desenvolva práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educativas especiais. (BUENO, 2006, p.08)

De fato, constatamos que a escola torna-se inclusiva quando há um projeto pedagógico elaborado coletivamente, entre instituições educativas, a família e os profissionais especializados, voltados para a inclusão escolar. A maior necessidade encontra-se na esfera das atitudes, posturas, formas de lidar com a diversidade e a diferença significativa de cada aluno. O professor do AEE, não deve substituir a função do professor regente do ensino regular, bem como, profissionais de atendimento clínico. O professor do AEE pode estabelecer parcerias com demais profissionais da saúde de forma que supra as necessidades de seus alunos em sua particularidade.

REFERENCIAS

ARANHA, M. S. F. (2001). Inclusão social e municipalização. In: Novas diretrizes da Educação Especial. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação.

BUENO, J. G. S. (2006). Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br>. Acesso em: 20/02/2013.

BRASIL. (2007). Edital n. 1 de 26/04/2007. Lança o Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Brasília.

_____. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEESP.

_____. (2008). Decreto 6.571/2008 que institui o atendimento educacional especializado. Brasília.

_____. (2010). MEC. SEESP. *Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010*, que institui orientações para a institucionalização d oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Brasília.

DUK, C. (2005). Educar na diversidade: material de formação docente/ organização: Cyntia Duk. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MENDES, E. G. (2010). Projeto do Observatório Nacional de Educação Especial – ONEESP, projeto nº 38/2010/CAPES/INEP.

MITTLER, P. (2003). **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Artmed São Paulo.

OMOTE, S. (2008). In: Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial/ Ana Augusta Sampaio Oliveira, Sadao Omote e Claudia Regina Mosca Giroto (Orgs). – São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Marília: Fundepe.

PAULON, S. M, FREITAS, L. B. L & PINHO, G. S. (2005). Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 48 p.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

ROPOLI, E. A. (2010). A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva/ Edilene Aparecida Ropoli... (et. al.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade do Ceará.

SALGADO, S. S. (2008). Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas/ Monica Pereira dos Santos, Marcos Moreira Paulino (orgs). – 2. Ed. – São Paulo: Cortez.

VELTRONE, A. A & MENDES, E. G. (2007). Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Acessado em 10 nov. 2013. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>.